

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA
COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 22 DE
SETEMBRO DE 2006:-----

Aos vinte e dois dias do mês de Setembro do ano de dois mil e seis, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas, iniciou-se e teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte ordem de trabalhos:

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 26 DE JUNHO DE 2006;

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2 – ANMP=SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DO 4º FORUM MUNDIAL DA ÁGUA

2.3 – ANMP=SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO SOBRE A LUTA CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS;

2.4 – CARTA EUROPEIA PARA A IGUALDADE DAS MULHERES E DOS HOMENS NA VIDA LOCAL = CONHECIMENTO, DEBATE E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.5 – TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S PARA O ANO EM CURSO = APROVAÇÃO;

2.6 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZOS, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DE “PROJECTOS DE INVESTIMENTO DO PPI (REMODELACÃO, AMPLIACÃO E CONSERVACÃO DE ETAR'S E LOTEAMENTOS INDUSTRIAIS: AQUISIÇÃO DE TERRENOS/INFRAESTRUTURAS”, ATÉ AO MONTANTE DE EUROS 97361,00;

2.7 – IMI-IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS = FIXAÇÃO DE TAXAS;

2.8 – LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTº 18 DA LEI Nº42/98, DE 06 DE AGOSTO, ALTERADO PELA LEI Nº 94/2001, DE 20 DE AGOSTO=AUTORIZAÇÃO;

2.9 – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE EMPRESA MUNICIPAL – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO;

2.10 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO E TAXAS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS = APROVAÇÃO;

2.11 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICIPIO=ALTERAÇÃO (APROVAÇÃO);

2.12 – PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE SANTA COMBA DÃO=APROVAÇÃO;

2.13 – RELATÓRIO INTERCALAR SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA À PROFIACADEMUS E REPORTADA AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006 = CONHECIMENTO E APRECIACÃO.

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Antes de se iniciarem os trabalhos e porque se verificava a falta do segundo secretário, Sr. Deputado António Agostinho Castro Cunha, o Sr. Presidente da Assembleia, e para que a mesa ficasse completa, convidou os grupos parlamentares a indicarem um candidato. A bancada do Partido Socialista propôs o Sr. Deputado Nuno João Marques da Costa Pereira. Feita a votação desta proposta, a mesma foi aprovada por unanimidade. Ficando desta forma a mesa completa, iniciaram-se os trabalhos presididos pelo Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Nuno João Marques da Costa Pereira. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Srs. Deputados Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre do Amaral, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Fernando Manuel Varela Nunes, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Guilherme Luís Leitão Castanheira, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e José Luís Marques dos Santos Dias, que substituiu a Sra. Deputada Paula Cristina Massano Nunes Correia, nos termos da Alínea c) do nº 1 do Artº 38º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5 – A/02, de 11 de Janeiro. Verificaram-se as ausências dos Srs. Deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, António Agostinho Castro Cunha e José Marques Duarte da Cruz, que justificaram a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos, PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

No ponto um ponto um, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 26 DE JUNHO DE 2006. Esta acta foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente deu conhecimento a toda a Assembleia de um officio da ANMP, chegado no dia anterior, sobre a futura Lei das Finanças Locais, onde era solicitada uma tomada de posição da Assembleia no sentido de repudiar a aprovação da referida Lei, uma vez que a mesma irá prejudicar a acção e actividade do Poder Local. O Sr. Presidente pôs este assunto à consideração de toda a Assembleia, tendo de seguida pedido a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, que frisou ser o assunto polémico, mas que devido ao mesmo não estar agendado, à pouca informação disponível e à necessidade de reflexão não achava aconselhável a discussão desta matéria nesta sessão.

Pediu depois a palavra o Sr. Deputado Agostinho Pires, que em nome da Coligação concordou com a posição atrás assumida.

Encerrado este assunto, o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Deputados que quisessem intervir neste período.

Pediu a palavra o Sr. Deputado César Branquinho, que agradeceu em nome de toda a sua bancada ao Sr. Presidente da Assembleia a oferta do livro, de que é autor, “Crónicas Paraepidemiológicas 3”. Salientando o cumprimento dos prazos para a entrega da documentação previstos no Regimento, mas focando a necessidade de atempadamente conhecer a Ordem de Trabalhos desta sessão, questionou o Sr. Presidente da Assembleia sobre o local onde a mesma era afixada, uma vez que no dia 18 (data indicada no edital para afixação) se deslocou ao átrio da Câmara Municipal e nada encontrou.

Respondendo o Sr. Presidente disse, que de momento não podia prestar qualquer esclarecimento, mas que o Sr. Deputado seria posteriormente informado sobre a questão que apresentou. Salientou também que nada tinha sido feito de forma a alterar os procedimentos anteriores.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado Agostinho Pires, cuja intervenção constitui o anexo 1 desta acta e faz parte integrante da mesma.

No início desta intervenção o Sr. Deputado Augusto Oliveira Santos, ausentou-se definitivamente, pelo que nos termos do nº2 do Artº 38º do Regimento, lhe foi marcada falta, que foi considerada injustificada uma vez que o Sr. Deputado não apresentou o necessário pedido de justificação.

Pediu depois a palavra o Sr. Deputado César Branquinho, que em relação à anterior intervenção a considerou de ultrapassada, exagerada e passando para além dos limites da tolerância e bem-estar. Lamentou as acusações pessoais feitas a ausentes. Referiu as votações favoráveis para elevação a cidade e pelo anterior feriado municipal de 13 de Maio feitas pelo Sr. Deputado Agostinho Pires e apelou para que terminassem as pequenas quezílias e o debate fosse direccionado para assuntos de interesse directo e concreto para a nossa cidade e o nosso concelho (Saúde, Ambiente, Educação).

Respondendo o Sr. Deputado Agostinho Pires frisou a mágoa de ter sido mencionado nos jornais como tendo ódio e rancor a alguém e de se ter ido contra a sua dignidade.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado Boto Martins, que referiu sentir-se atingido pela intervenção do Sr. Deputado Agostinho Pires, uma vez que como membro da Assembleia não reagiu à intervenção de 26/06/2006 e provavelmente ou eventualmente poderia ter colaborado na elaboração do artigo publicado no jornal Defesa da Beira da autoria da Comissão Política do PS que serviu de resposta ao artigo do Sr. Deputado Agostinho Pires também publicado no mesmo jornal. Referiu ser difícil na altura poder dar uma resposta a uma intervenção longa e preparada de casa e que se o fizesse corria o risco de se esquecer de muitas coisas, nunca pensando que a ausência de reacção fosse considerada uma cobardia, uma vez que nunca teve a atitude de fugir ao confronto, desde que civilizado, como é timbre desta Assembleia. Justificava assim a sua não reacção na sessão anterior, assim como na de hoje, salvaguardando uma possível reacção futura.

Respondendo o Sr. Deputado Agostinho Pires, frisou que o termo usado foi “teriam de ser considerados” e não “terem...”.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado Guilherme Castanheira, que salientando a cada vez maior importância da informação, sugeriu a criação de uma conta de e-mail para cada deputado, disponibilização on-line de todas as actas desta Assembleia e ainda um endereço electrónico para o envio de qualquer artigo ou sugestão para o Boletim Municipal. Desenvolveu depois a importância destas três sugestões e salientou que a sua criação seria importante para o desempenho das funções que foram confiadas pelo eleitorado.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. Depois de ter sido dado cumprimento ao determinado pelo nº 2, do Artº 19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que resumiu a informação que foi entregue a todos os senhores Deputados. No item Educação referiu ainda os problemas causados pelo incumprimento de alguns dos horários por parte da empresa transportadora nos circuitos com alunos para a Escola Secundária. No item Desporto e Juventude referiu ainda o êxito do programa “Férias de Verão” que teve lugar no passado mês de Julho onde se proporcionou aos jovens do concelho uma série de actividades para ocupação dos tempos livres.

Seguidamente pediu a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz, que começou por perguntar ao Sr. Presidente da Câmara o porquê do atraso na conclusão das obras na nova paragem de autocarros junto à Escola E.B. 2,3, obras que foram interrompidas no período de férias dos alunos e que foram retomadas precisamente no início das aulas. Uma vez que constatou haver alterações ao projecto inicial perguntou também se estava prevista alguma cobertura junto à cabine que estava a ser construída na entrada dos alunos. Concordou com o aproveitamento feito em alguns espaços antigos da cidade durante o verão, assim como com o desenvolvimento de alguns desportos radicais na malha urbana da cidade, lamentando não ter havido igual procedimento durante a realização das festas da cidade. Questionou depois sobre o objectivo principal da actividade que teve lugar no Pavilhão Gimnodesportivo paralelamente às festas da cidade. Referiu a preocupação que tinha na qualidade de vida dos jovens e por isso perguntava se aquela actividade era para eliminar nas próximas festas, uma vez que nunca viu a presença de qualquer agente de autoridade e era evidente o apelo ao consumo de álcool e drogas.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, informou que o atraso da execução das obras na nova paragem de autocarros, se devia precisamente às alterações introduzidas no projecto inicial e que necessitavam da concordância da Direcção Regional de Educação do Centro que, talvez devido à mudança de director regional, ocorrida em Agosto, esteve todo o período de férias escolares para dar a resposta necessária. Em referência à cobertura, informou que a cabine terá uma pala precisamente para os alunos estarem protegidos aquando da apresentação do seu cartão. Haverá também uma cabine de passageiros dupla na paragem de autocarros para proteger os alunos. Registou com agrado a sugestão de que as festas da cidade deveriam ser também aproveitadas para dinamizar mais o tecido comercial da malha urbana, embora as festas tenham por objectivo a concentração das pessoas num determinado local. Lembrou que a Junta de Freguesia de Santa Comba Dão proporcionou durante o

verão e aos fins-de-semana uma série de eventos “Espectáculos de Rua” o que de uma certa forma respondia à preocupação apresentada. Quanto à actividade realizada no Pavilhão Gimnodesportivo, informou que a Câmara também se apercebeu da situação, que houve já uma reunião com a GNR para que a situação não se repita. Salientou não ter havido da parte da GNR a colaboração pretendida, havendo a registar no último dia e já de madrugada alguns assaltos a barracas. Não era líquido que a actividade se realizasse no próximo ano, mas se tal acontecesse procurar-se-ia uma actuação eficaz por parte das autoridades para que comportamentos incorrectos não se verificassem.

Pedi depois a palavra a Sra. Deputada Paula Francisca Gomes, que depois de salientar a forma de actuação clara e acessível deste executivo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o impacto que teria no concelho a nova Lei das Finanças Locais, de que se falou no início desta sessão.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, começou por fazer um balanço da actuação deste executivo até ao momento: criação de condições com obras nas escolas do 1º ciclo do Ensino Básico; novo sistema de abastecimento de água para consumo; rede de esgotos e respectivas estações de tratamento; estradas e caminhos municipais; manutenção e conservação de todas as estruturas pertencentes ao Município e parques industriais. De todos estes sectores referiu as intervenções já feitas, o que ficou por fazer anteriormente, os atrasos, o desperdício de verbas e o perigo de se perderem algumas verbas devido ao atraso no cumprimento dos prazos de execução. Referiu que, continuava a acreditar que tudo o que foi feito anteriormente, o foi com a melhor das intenções, mas que continuava a discordar das políticas que foram seguidas. Depois deste enquadramento, passou para a questão colocada referindo que não esperava que nesta altura fosse confrontado com uma Lei que iria impor as mais severas medidas de controlo e restrição orçamental após o 25 de Abril. Referiu a forma penalizante como a nova Lei tratava os pequenos concelhos do interior e que mais de 80 % dos Municípios não poderão aceder ao crédito, o que dará origem a não poderem concorrer às verbas do novo Quadro Comunitário de Apoio. Focou também as formas de ingerência nas competências dos Municípios que a nova Lei contempla. Referiu-se ao futuro com pessimismo e à forma de actuar para minimizar os efeitos da nova Lei, focando que algumas das medidas propostas para o debate desta sessão são já no sentido de modernizar e aumentar a eficácia dos serviços do Município. Apelou para a consciência e responsabilidade dos membros da Assembleia no sentido da defesa da sua terra.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado César Branquinho, que referiu concordar com alguns dos pontos focados pelo Sr. Presidente da Câmara. Focou depois um caso dramático de sobrevivência de uma senhora a viver na Amieira e apelou para o apoio que o Município pudesse dar para a solução da situação. Questionou depois sobre o destino a dar ao terreno, atrás do edifício da Câmara e adquirido pelo anterior executivo. Referiu-se depois à parte pedonal, junto à ribeira, entre a “presa” e o parque de estacionamento dizendo que a mesma estava um pouco abandonada. Focou depois a necessidade de despoluir a ribeira e a construção do canil municipal. Sugeriu ao executivo a compra de autocarros para a criação de transportes interurbanos, uma vez que há nas aldeias pessoas com dificuldade de se deslocarem à sede do concelho. Disse ainda acreditar no empenho do executivo e na colaboração dos vereadores do PS no sentido de apresentarem propostas para diminuir o desemprego e para o fomento do turismo de forma a dar uma melhor qualidade de vida aos munícipes.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que o problema social apresentado já tinha sido encaminhado para o Gabinete de Apoio Social, referindo outros casos no concelho que também estavam a ser acompanhados, à semelhança do que acontecia com o anterior executivo. Quanto ao terreno atrás do edifício da Câmara, referiu que só parte dele estava comprado e pago e que a outra parte seria comprada até ao final do ano. Naquele local iniciar-se-á a primeira fase da requalificação urbana da zona da ribeira, que está dividida em três fazes, estando as duas primeiras já aprovadas num contrato-programa estabelecido com o governo. Descreveu depois a configuração daquela requalificação. O resto desta resposta não se encontra gravada, assim como a intervenção feita a seguir pelo Sr. Deputado Boto Martins e a consequente resposta do Sr. Presidente da Câmara. No entanto e pelos apontamentos tirados na altura da sessão pode-se resumir que o Sr. Deputado Boto Martins se referiu à mudança dos termos com que foram apresentados os mapas referentes à situação financeira do município, referindo também a grande diminuição registada no valor do défice. O Sr. Presidente da Câmara respondeu, dizendo que por ter estado de férias não lhe tinha sido possível fazer a equivalência entre os termos usados anteriormente e os agora apresentados e que a diminuição do valor do défice não era tão significativo uma vez que o empréstimo feito anteriormente apenas tinha sido utilizado numa percentagem muito reduzida.

Terminado este ponto, o Sr. Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos para um pequeno intervalo, informando ainda toda a Assembleia que iria, nos dois próximos pontos da Ordem de Trabalhos suspender as suas funções na mesa para assim poder fazer como deputado uma intervenção em cada um dos pontos. A Presidência da Mesa da Assembleia passaria assim e naqueles pontos a ser exercida pelo 1º Secretário nos termos do nº2 do Artº 3º do Regimento.

Terminado o intervalo, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício deu reinício aos trabalhos passando para o ponto dois ponto dois - ANMP=SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DO 4º FORUM MUNDIAL DA ÁGUA. Pediu a palavra o Sr. Deputado Salvador Massano Cardoso, cuja intervenção constitui o anexo 2 desta acta e faz parte integrante da mesma.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Sousa, que começou por referir que ao ser subscrita esta declaração ainda mais obrigatório seria o cumprimento dos objectivos nela referenciados. Pôs em dúvida a boa qualidade da água utilizada em Santa Comba Dão, uma vez que apresentava características (cheiro, cor, espuma e resíduos) que indicavam o contrário. Referiu que a colheita de água para análise não devia ser feita na sua nascente, mas sim no final do circuito de distribuição. Não havendo mais intervenções, passou-se para a votação, sendo a subscrição da declaração aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto três - ANMP=SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO SOBRE A LUTA CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS. Pediu a palavra o Sr. Deputado Salvador Massano Cardoso cuja intervenção constitui o anexo 3 desta acta e faz parte integrante da mesma. Não havendo mais intervenções, passou-se à votação, sendo a subscrição da declaração aprovada por unanimidade.

Depois desta votação o Sr. Presidente da Assembleia retomou o seu lugar na mesa.

De seguida passou-se para o ponto dois ponto quatro - CARTA EUROPEIA PARA A IGUALDADE DAS MULHERES E DOS HOMENS NA VIDA LOCAL =

CONHECIMENTO, DEBATE E EVENTUAL APROVAÇÃO. Pediu a palavra a Sra. Deputada Paula Francisca Gomes, cuja intervenção constitui o anexo 4 desta acta e faz parte integrante da mesma. Pediu depois a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, que congratulando-se com a apresentação desta carta, começou por referir a hipocrisia que existe no tratamento das mulheres nas mais diversas situações (filhos, tarefas domésticas, entre outras...). Apesar de não ter feito intervenções nos pontos anteriores, aproveitou para referir que quanto à água não só era necessário não a poluir como também não a desperdiçar, como acontece frequentemente e quanto ao tráfico de seres humanos, lembrou que a maior parte deste tráfico se verifica nas mulheres. Não havendo mais intervenções, passou-se à votação, sendo a carta aprovada por unanimidade.

Passou-se depois para o ponto dois ponto cinco - TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S PARA O ANO EM CURSO = APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, referiu que esta revisão era o resultado do reajustamento do orçamento inicial para poder contemplar despesas que não estavam inicialmente previstas. Não havendo intervenções, foi o ponto posto à votação, sendo a revisão aprovada por unanimidade.

De seguida passou-se para o ponto dois ponto seis - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZOS, PARA FINANCIAMENTO COMPLEMENTAR DE “PROJECTOS DE INVESTIMENTO DO PPI (REMODELAÇÃO, AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ETAR'S E LOTEAMENTOS INDUSTRIAIS: AQUISIÇÃO DE TERRENOS/INFRAESTRUTURAS”, ATÉ AO MONTANTE DE EUROS 97361,00. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por lembrar, que aquando do pedido de autorização do empréstimo feito anteriormente, se referiu que na segunda fase do rateio dos empréstimos a fazer pela DGAL, Santa Comba Dão poderia vir a ser contemplada com alguma possibilidade de financiamento, o que aconteceu. Referiu a necessidade de aproveitar esta oportunidade uma vez que com a aprovação da nova Lei das Finanças Locais o Município ficaria impedido de o fazer por longo tempo. Não havendo intervenções, o pedido foi posto à votação, sendo aprovado por maioria, com dezanove votos a favor (16 da Coligação e 3 do Partido Socialista) e seis abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados José Augusto Sousa, Boto Martins, César Branquinho, Paulo Dirceu Santos, Edite Cruz e Carla Cunha).

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto sete - IMI-IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS = FIXAÇÃO DE TAXAS. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este referiu que era vontade do executivo poder baixar as taxas, mas devido às dificuldades financeiras não era possível fazê-lo, pelo que os valores se mantinham em relação ao ano anterior. Não havendo intervenções, o ponto foi posto à votação, sendo as taxas apresentadas aprovadas por unanimidade.

De seguida passou-se para o ponto dois ponto oito - LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTº 18 DA LEI Nº42/98, DE 06 DE AGOSTO, ALTERADO PELA LEI Nº 94/2001, DE 20 DE AGOSTO=AUTORIZAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este referiu a necessidade de manter o imposto, sendo o seu valor também igual ao do ano anterior. Não havendo intervenções, o ponto foi posto à votação, sendo o valor do imposto aprovado por unanimidade.

Seguiu-se depois para o ponto dois ponto nove - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE EMPRESA MUNICIPAL – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este referiu que dentro do espírito de criar, rentabilizar e melhorar as medidas de gestão, depois de ouvidos auditores independentes, a conselho de altos dirigentes da CGD e depois de visitas a algumas empresas municipais, se decidiu criar esta Empresa Municipal, para gerir o que já estava a funcionar bem mas que criava alguns problemas. Esta empresa destina-se a fazer a gestão privada de algumas infra-estruturas do Município (Casa da Cultura, Auditório, Piscinas, Pavilhão Gimnodesportivo, Estádio Municipal e Jardins Públicos). Realçou o facto de não haver mais encargos com pessoal, uma vez que a empresa vai ter os mesmos funcionários que actualmente estão nas várias valências que pertencerão à empresa, mas com a vantagem de deixarem de estar em estágios profissionais e programas ocupacionais com a duração de oito meses e portanto sem necessidade de serem substituídos e iniciar-se um novo processo de aprendizagem com novos elementos, dando-lhes assim maior estabilidade e motivação. Por outro lado, apesar de ter uma gestão idêntica às empresas privadas, esta terá outros mecanismos de controlo, como a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. Há a registar também o facto de que, pela nova Lei das Finanças Locais, poder ter a possibilidade de contrair empréstimos e assim proporcionar algum investimento no Concelho ao nível das áreas que vai gerir. Haverá também a possibilidade de estabelecer parcerias e protocolos com entidades privadas de forma a diminuir os custos de funcionamento das infra-estruturas que lhe estão afectas, havendo ainda a possibilidade de cobrança de taxas de aluguer e utilização. Frisou que não haverá encargos com o Conselho de Administração, uma vez que o mesmo será constituído por ele próprio e pelos dois vereadores a tempo inteiro, o que impossibilita qualquer despesa adicional com ordenados. A única despesa adicional poderá acontecer com a contratação de um gestor profissional.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado Boto Martins, que começou por referir ter ficado céptico e desconfiado ao analisar a documentação que recebeu sobre a criação desta Empresa Municipal, no entanto e depois da explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, tinha ficado mais esclarecido, menos céptico e menos desconfiado, uma vez que a documentação recebida não era suficientemente esclarecedora. Referiu-se depois à desconfiança generalizada existente na opinião pública com as Empresas Municipais e exemplificou vários casos de favorecimento e mordomias que existem. Considerou que não seria despropositado que outros sectores fizessem parte da proposta de criação desta Empresa Municipal (Biblioteca e Oficinas Municipais) apesar de ter percebido pela explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara de alguma dificuldade em fazê-lo. Continuava a ter algum cepticismo e algumas dúvidas, não por pôr em causa os esclarecimentos prestados, mas sim porque achava que os estatutos apresentados permitiam que as boas intenções manifestadas pelo Sr. Presidente da Câmara, poderiam num futuro próximo ou longínquo não ser respeitadas, daí votar contra a proposta.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara achou normal haver dúvidas, pois também as tinha tido, daí o ter visitado algumas empresas municipais de sucesso e se ter aconselhado com pessoas com larga experiência na matéria. Sobre a possibilidade de haver remunerações para o Conselho de Administração, frisou que essa hipótese não se colocava pois era imposto que estas funções pertenciam ao executivo camarário, daí por

lei não poderem ser remuneradas. Sobre a possibilidade da empresa abranger outros sectores, expressou a opinião de que pelas suas características não era muito viável, principalmente a Biblioteca que tem um acordo de parceria com outra entidade.

Pediu depois a palavra o Sr. Deputado Sandro Branquinho, que se congratulou com a criação desta empresa municipal. Referiu-se à afirmação do Sr. Deputado César Branquinho “temos que nos unir e ter propostas concretas para o nosso concelho”, daí a necessidade de ter estruturas organizadas de forma a melhorar a gestão municipal e portanto nada melhor que começar pela parte cultural e desportiva. Focou as finalidades, objectivos e condições de funcionamento das empresas municipais. Lembrou que a “PROFIACADEMUS” como empresa unipessoal já estava muito próxima de uma empresa municipal.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que efectivamente se podia considerar a PROFIACADEMUS como uma empresa municipal e por isso numa próxima Assembleia Municipal seria presente uma proposta para a sua transformação em empresa municipal, com os mesmos fins. Lembrou que a Câmara Municipal já participava em sociedades privadas (Ecobeirão), privatizou alguns serviços (recolha de resíduos sólidos urbanos e distribuição de água potável) e portanto que quem estava contra as empresas municipais, obrigatoriamente teria que estar contra estas medidas. Referiu a sua convicção de que as posições a tomar tinham a ver com as cores partidárias e que se no seu lugar estivesse um elemento do Partido Socialista, concerteza que a bancada do Partido Socialista iria votar a favor. Lamentou que na política nem sempre se olhasse para a eficácia das propostas, mas sim do lado de quem vêm. Disse ainda que não teria qualquer problema em aceitar uma proposta da oposição desde que concordasse com os princípios. Lembrou que a empresa poderia ser extinta em qualquer altura, desde que se verificasse que não estava a cumprir os objectivos para que foi criada.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, que dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara discordou das suas afirmações dizendo que se a proposta viesse do Partido Socialista também votaria contra e portanto não aceitava que pusessem em dúvida a honestidade da sua posição. Referiu ainda que se pertencesse à Assembleia Municipal na altura da passagem para o sector privado dos serviços de distribuição de água potável e recolha de resíduos sólidos urbanos, teria votado contra, pois achava que as actuais empresas não prestam um bom serviço aos cidadãos. Exemplificou depois alguns casos. Terminou frisando que não era por a proposta vir da Coligação que votava contra, mas sim porque estava convicto que não era a melhor solução, continuando céptico e desconfiado pois não acreditava na eficácia de empresas privadas para prestar serviços públicos.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse não querer pôr em causa a idoneidade do Sr. Deputado e depois da sua intervenção acreditava que a sua posição seria a mesma independentemente da origem partidária da proposta. Esclareceu que a situação não era idêntica, pois nos casos focados as empresas pertenciam a várias Câmaras Municipais e neste caso era apenas a Câmara Municipal de Santa Comba Dão.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado Agostinho Pires, que frisou ficar a empresa desde logo sob a alçada da Assembleia Municipal com acompanhamento e fiscalização na sua actividade e resultados. A criação da empresa não se ia limitar a uma mera gestão administrativa, mas sim empresarial e sempre numa perspectiva de maior

eficiência e eficácia na satisfação dos interesses colectivos. Salientou também que com a criação desta empresa se iniciava uma reestruturação dos serviços municipais numa perspectiva de evitar riscos, de duplicar estruturas inerentes aos serviços prestados. Terminou dizendo que e porque acreditava na competência, na capacidade, no trabalho e na honestidade do actual executivo, iria votar a favor.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado César Branquinho, que começou por referir-se a intervenções anteriores, dizendo que eram opiniões respeitáveis, mas que como também já tinha sido focado anteriormente estava céptico e não via grandes vantagens para o concelho com a criação da empresa municipal, uma vez que os Srs. Vereadores responsáveis por estas áreas têm desempenhado as suas funções com honestidade e empenho. Apesar do Conselho de Administração não ser remunerado, haveria gastos acrescidos com a nomeação do gestor e possivelmente no futuro com instalações próprias. Mostrou-se disponível para rever a sua posição em casos futuros caso a empresa apresentasse resultados positivos e satisfatórios. Reforçou a sua posição contrária à criação desta empresa, uma vez que não via vantagens, o que não aconteceria se fosse uma empresa virada para o termalismo e turismo, área onde era aconselhável a criação de uma empresa municipal.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse ter concluído que o Sr. Deputado César Branquinho acabava de afirmar que concordava com a criação de empresas municipais, uma vez que achava aconselhável a sua criação na área do turismo e termalismo, que ainda não temos em Santa Comba Dão e só não aceitava a criação da que estava na proposta porque as suas áreas estavam bem entregues. Continuou dizendo que quando houver termalismo, processo que é moroso, não será a Câmara Municipal a fazer a sua gestão, uma vez que não tem capacidade para tal, mas haveria concerteza parcerias com os investidores. Quanto ao turismo não via como é que a Câmara poderia entrar nessa área.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado César Branquinho, que reafirmou não aceitar a criação da empresa municipal nas áreas da cultura e desporto e o que quis afirmar anteriormente, talvez não sendo muito claro, era que no futuro com a Sra. da Ribeira e com as termas do Granjal aceitava a criação de uma empresa municipal virada para o turismo e termalismo uma vez que a Câmara Municipal não tinha pessoal qualificado nestas áreas.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Fernando Varela Nunes, que se congratulou com a apresentação desta proposta, que pecava na sua opinião apenas por tardia. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara, como seriam depois da criação da empresa as relações e os apoios com as mais diversas associações existentes no Concelho.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, informou o Sr. Deputado que o relacionamento com as associações existentes no concelho continuavam única e exclusivamente a ser feitas pela Câmara Municipal e nas mesmas condições como até aqui. A empresa apenas iria fazer a gestão dos espaços que lhe ficavam afectos e a promoção de eventos.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado Sandro Branquinho, que se referiu à necessidade de rentabilizar os espaços em causa.

Com a autorização e por indicação do Sr. Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Fernando Cruz, que começou por se referir ao envolvimento que teve no projecto de criação da empresa, disse valer a pena realçar dois princípios

fundamentais que estavam na origem deste processo, a agilização e a fuga à demora de actos administrativos que são diferentes numa empresa municipal em relação à Câmara Municipal. A diminuição da burocracia provocará resoluções e decisões mais céleres, sem diminuição da responsabilidade, uma vez que haverá mais instrumentos de fiscalização. Focou também que a grande percentagem de empresas municipais se situava nas áreas abrangidas por esta empresa, onde não haveria qualquer espécie de constrangimentos ao contrário de áreas que já tinham sido referenciadas anteriormente, como a biblioteca e oficinas municipais.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Sousa, que disse não ter encontrado em lado algum a possibilidade da empresa municipal ser acompanhada e fiscalizada pela Assembleia Municipal, como tinha sido afirmado anteriormente. Pôs também a hipótese de não ter lido tudo e bem.

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu o Sr. Deputado com a leitura das alíneas c) e d) do nº1 do Artº 2º do Regimento onde as competências da Assembleia Municipal são esclarecedoras.

O Sr. Presidente da Câmara informou ainda a Assembleia que a nova Lei das Finanças Locais ainda era mais rígida em relação à fiscalização das empresas municipais.

Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria com dezanove votos a favor (16 da Coligação e 3 do Partido Socialista) e seis votos contra do Partido Socialista (Srs. Deputados José Augusto Sousa, Boto Martins, César Branquinho, Paulo Dirceu Santos, Edite Cruz e Carla Cunha).

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto dez - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO E TAXAS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS = APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este informou que a proposta de alteração ao Regulamento já tinha ido à discussão pública e não tinha mais nada a acrescentar. Não havendo intervenções, passou-se à votação, sendo a proposta de alteração aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto onze - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO=ALTERAÇÃO (APROVAÇÃO). Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este informou que a proposta também já tinha ido à discussão pública e também nada tinha a acrescentar. Não havendo intervenções, passou-se à votação, sendo a proposta de alteração aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto doze - PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE SANTA COMBA DÃO=APROVAÇÃO. O Sr. Presidente da Câmara informou que a situação era idêntica às anteriores. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação, sendo o projecto de regulamento aprovado por unanimidade.

Passou-se depois para o ponto dois ponto treze - RELATÓRIO INTERCALAR SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA À PROFIACADEMUS E REPORTADA AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006 = CONHECIMENTO E APRECIACÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este solicitou a intervenção do Sr. Vereador

Fernando Cruz, que informou ser o documento o resultado da avaliação feita pelo revisor único durante o primeiro semestre de actividade da PROFACADEMUS. Considerou o documento um alerta para um conjunto de procedimentos técnico-contabilísticos graves, que vinham de trás e tinham que ser resolvidos. Apesar de já terem sido tomadas medidas pelo actual executivo, havia necessidade de tomar outras no sentido de reorientar estrategicamente a gestão da escola. Informou que estas medidas teriam que ser tomadas em conjunto com a DREC, uma vez que a escola recebe financiamentos do PRODEP. Entre as medidas tomadas, disse ter sido nomeada uma directora administrativa o que originou uma separação entre a função pedagógica e a função administrativo/financeira, estando agora os pagamentos e reembolsos normalizados. Haverá a necessidade de adaptar os cursos às necessidades do tecido empresarial, tendo por isso havido contactos com empresas. Disse ter sido já convidado para se deslocar a Santa Comba Dão o novo Director Regional, sendo-lhe então apresentadas as novas propostas. Terminou reafirmando a preocupação que o relatório transmitia, principalmente devido ao défice apresentado e que já vinha de trás, à necessidade de haver uma adaptação dos cursos às realidades locais, a uma gestão mais apertada e à necessidade de ter presente a concorrência que já existia a nível de cursos profissionais. Não houve mais intervenções a registar.

Para que as deliberações tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão, que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da ordem de trabalhos – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Pediu a palavra o Sr. Leonel Gouveia de Santa Comba Dão, dizendo querer fazer um esclarecimento que tinha a ver com a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Pires. Uma vez que era Vereador eleito pelo Partido Socialista, fazia as suas intervenções no local próprio que eram as reuniões da Câmara Municipal, na Assembleia Municipal competia aos líderes da bancada do Partido Socialista fazer as intervenções. Justificou a sua presença nas sessões de Assembleia Municipal, contempladas no Regimento, com a necessidade de estar inteirado sobre os assuntos tratados, de forma a ter a sua opinião e agir em conformidade. Lembrou que o Regimento apenas nos casos previstos permitia intervenções aos vereadores. Embora não querendo dar muita importância, achava que a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Pires continha termos ofensivos e que também tinha participado na elaboração do artigo publicado no jornal “Defesa da Beira”. Reiterou o conteúdo do artigo, hoje ainda mais depois de ouvir a intervenção do Sr. Deputado, estando convencido da justeza do que é afirmado no artigo, que não era dirigido para um grupo mas para uma pessoa.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezanove horas e vinte minutos e dela se lavrou a presente acta que depois de aprovada vai ser assinada pelos membros da mesa.